

# OSC devem contribuir para estabelecimento da democracia e paz no país

“As organizações da sociedade civil (OSC) devem contribuir para a disseminação de boas práticas capazes de influenciar positivamente os sistemas democráticos dos países e contribuir para estabelecimento da paz efectiva”.

Este foi posicionamento tomado por diversos actores da sociedade, durante a realização do fórum consultivo anual do programa AGIR, que decorreu entre quarta-feira e quinta-feira, na cidade da Matola, sob o lema: “AGIR-Reforçando parceria e promovendo diálogos para mudanças sustentáveis” cujo objectivo é manter um espaço de diálogo e permitir que os principais interessados no programa em causa reflectam criticamente sobre a sua relevância no país.



Falando na ocasião, Olga Manjate, em representação do Governo da província de Maputo, referiu que a realização daquele fórum não é simplesmente a concretização de um desiderato importante para a visibilidade e afirmação do AGIR, mas sim um mecanismo capaz de favorecer a integração

das ferramentas de governação da sociedade civil e ONGs, numa inclusiva e concertada actuação de parceiros de desenvolvimento. “Este é um passo gigante no processo de estruturação das organizações e consequentemente dos parceiros interessados em reforçar a democracia participativa e cer-

tamente a consagração plena da existência e uma sociedade civil consciente, mobilizadas e dinâmica”, disse.

Já a chefe de Cooperação Adjunta da Embaixada da Suécia em Moçambique, Malin Synneborn Lundberg, considera que democracia e os direitos humanos são um pilar da política externa sueca. Com a nossa experiência e com desenvolvimento da sociedade Sueca ao longo dos anos, acreditamos que uma sociedade civil vibrante e dinâmica tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento em qualquer país do mundo”.

Acrescentando que “não podemos deixar de felicitar o Governo de Moçambique e seu povo pelo acordo de Paz e Reconciliação definitivo, recentemente assinado, e encorajar a todos os membros

da sociedade para que tenham um papel activo na garantia da Paz, um dos factores determinantes para o desenvolvimento sustentável de Moçambique”.

Por sua vez, William Mulhovo, representante das organizações intermediárias, fez avaliação positiva da implementação do AGIR em Moçambique, nomeadamente, educação e informação com a melhoria das condições de vida das comunidades bem como ao nível de advocacia para governo, tendo entre várias políticas aprovadas citado, a Lei das Uniões Prematuras, Lei das Sucessões, recentemente aprovadas, a Despenalização do aborto, a Revogação do Despacho ministerial 39, entre outros dispositivos legais progressistas de promoção de direitos humanos especialmente da mulher e rapariga.